

REVISTA



RECONEXÃO PERIFÉRIAS



OBRA DE CENILDA
RIBEIRO, ARTISTA
DA OFICINA DE
CRIATIVIDADE,
PORTO ALEGRE

Organização, mobilização e rebeldia: o coletivo salva!

Oficina de Criatividade
em Porto Alegre: arte
contra a exclusão

Escola Nacional de
Energia Popular,
coletivo de saberes

AGENDA DE LUTAS MAIO DE 2023

Ações coletivas, instrumentos de resistência e transformação



FEIRA PRETA, EXEMPLO DE ORGANIZAÇÃO COLETIVA. FOTO: DIVULGAÇÃO

Quando os poderes legalmente instituídos se ausentam, a força do dinheiro se impõe, a política é discricionária e o senso comum se corrompe pelo preconceito, ignorância e apatia, a organização e a mobilização da classe

trabalhadora, em todas as suas especificidades, são a força que resiste, combate e modifica. Tem sido assim desde sempre.

Essa edição da Revista Reconexão Periferias traz relatos que têm esse ponto em comum: coletivos, reunidos em torno de

ideias e ações que questionam a ordem estabelecida, seguem produzindo mudanças.

Na entrevista do mês, a terapeuta ocupacional Tatiane Patrícia Souza da Silva conta como a Oficina de Criatividade, criada no seio do centenário Hospital Psiquiátrico São Pedro, em Porto Alegre, vem transformando a vida de pacientes em sofrimento psíquico – e a vida das pessoas ao redor – com a prática das artes. A própria Oficina é uma história de rebeldia, nascida da luta dos trabalhadores e trabalhadoras da saúde, de pesquisadores e pacientes pela mudança do modelo manicomial e sua lógica de isolamento.

A Escola Nacional de Energia Popular (Enep), que protagoniza nossa

PROJETO RECONEXÃO PERIFERIAS ■ **DIRETOR RESPONSÁVEL** ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS ■ **COORDENADOR DO PROJETO** PAULO CÉSAR RAMOS ■ **EQUIPE** ISAÍAS DALLE, LÉA MARQUES, MATHEUS TANCREDO TOLEDO, RUAN BERNARDO, SOFIA TOLEDO, VICTORIA LUSTOSA BRAGA, VILMA BOKANY ■ **COLABORADORES** SOLANGE GONÇALVES LUCIANO ■ **EDIÇÃO E REVISÃO** ISAÍAS DALLE ■ **PRODUÇÃO EDITORIAL** CAMILA ROMA ■ **PROJETO GRÁFICO** CACO BISOL ■ **DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO** PAULO OKAMOTO (PRESIDENTE), VÍVIAN FARIAS (VICE-PRESIDENTA), DIRETORES: ALBERTO CANTALICE, ARTUR HENRIQUE, CARLOS HENRIQUE ÁRABE, ELEN COUTINHO, JORGE BITTAR, LUIZ CAETANO, NAIARA TORRES E VIRGÍLIO GUIMARÃES.

seção Perfil deste mês, tem resistido aos abusos e crimes das grandes companhias de mineração, recorrendo para isso à formação de novos quadros e lideranças populares com um modelo de aprendizado baseado na troca de novos conteúdos, a partir das experiências de vida.

Nessa mesma perspectiva de luta, a vereadora Enequina Soares, de Caucaia (CE), coloca sua trajetória de professora e dirigente sindical a serviço de um mandato que ela pretende popular, ligado à organização dos trabalhadores e trabalhadoras em busca da superação das más condições que vigoram atualmente no mercado de trabalho. Enequina é a entrevistada

de nossa seção Quando Novas Personagens Entram em Cena.

O mercado de trabalho também é tema do artigo que fala sobre os desafios de um número cada vez maior de pessoas que trabalha por conta própria, sem proteção social e apoio governamental, e cujas carências e potencial não cabem mais em antigos enquadramentos e soluções. Por falar nisso, o Reconexão Periferias lançou em maio o livro “Viver por Conta Própria”, conjunto de propostas para tratar desse segmento. Produzido durante a pandemia e sob um governo de extrema direita, esse livro é também fruto da resistência coletiva. Disponível no site da Fundação

Perseu Abramo, a obra vem à luz em momento de esperança.

A desejada e bem-vinda carteira de trabalho, por si só, não dará conta dos enormes desafios, como já se supôs anteriormente. Essa mesma carteira de trabalho que o racismo ainda encastelado no Brasil transmutou em uma espécie de carta de alforria, como aborda outro artigo dessa edição.

A seção Arte, assim como as de Oportunidades e a Agenda, completam essa nossa busca por transformações sociais construídas coletivamente, sonho maior do Reconexão Periferias.

Boa leitura! Boas lutas! ■

Enfrentar a informalidade para o Brasil avançar

LÉA MARQUES

LÉA MARQUES É SOCIOLOGA, MILITANTE FEMINISTA, CONSULTORA RESPONSÁVEL PELO EIXO DE TRABALHO DO PROJETO RECONEXÃO PERIFERIAS



FOTO: SÉRGIO SILVA

A informalidade é uma característica histórica e estrutural do mercado de trabalho brasileiro. Forma quase que única encontrada pela população negra para acessar o mercado de trabalho após a abolição, seguiu sendo a possibilidade de sobrevivência econômica do povo brasileiro nas periferias ao longo da história do país. Atualmente

são mais de 39 milhões de trabalhadores e trabalhadoras atuando na informalidade.

A complexidade da situação desses trabalhadores e trabalhadoras, assim como a grandeza dos números destes, são elementos que precisam ser considerados na construção de políticas públicas nesse novo período que abrimos na conjuntura, com o terceiro

governo Lula.

Durante um longo período, o trabalho informal esteve caracterizado e foi visto pelos formuladores de políticas públicas apenas como o trabalho “não formal”, que deveria ter, portanto, como grande e única estratégia, políticas para sua formalização, e, em paralelo, a construção e ampliação de direitos para o trabalho formal. Contudo, mesmo nos anos de maior crescimento econômico do país, a informalidade seguiu como característica do mercado de trabalho, não sendo nunca menor do que a realidade para 30% do total de trabalhadores/as. Aqui, há que se dizer, que a maior presença de mulheres e negros e negras é fato. O desenvolvimento econômico que promoveu maiores taxas de formalização conquistadas ao longo dos dois primeiros governos do PT não conseguiu incidir sobre as desigualdades de gênero e raça, ainda muito presen-

tes no mercado como um todo.

Tal resgate de momentos anteriores de nosso país se faz necessário em um momento que afirmamos que “O Brasil Voltou”. O retorno do país que combinava crescimento econômico com distribuição de renda e proteção social é mais do que celebrado e urgente. Mas não podemos repetir também as lacunas já vividas. O que significa que não podemos apenas apostar em políticas de formalização para dar conta das necessidades e anseios dos trabalhadores/as informais, tampouco, acreditar que essas serão capazes, por si só, de incidir sobre as desigualdades de gênero e raça. É preciso mais.

Nos cem primeiros dias, foi feita uma série de anúncios de iniciativas políticas por parte do governo federal. Especialmente no tema do trabalho, destacaram-se a sanção da Lei de Igualdade Salarial, a volta da política de valorização do salário mínimo e a criação de um grupo tripartite

(entre governo, empresários e sindicalistas) para debater sobre trabalho por plataforma. São, sem dúvida alguma, iniciativas necessárias e positivas para avançarmos. Mas há que se perguntar, com franqueza e disposição para ajudar a construir, qual a possibilidade de impacto de tais medidas perante os trabalhadores e trabalhadoras informais? O que vai significar concretamente igualdade salarial entre homens e mulheres para a trabalhadora que vende bolo na rua? Para a trabalhadora doméstica? Para a cabeleireira do bairro? Sobre o salário mínimo, ainda que reconheçamos muitas vezes o uso de seu valor como piso mínimo inclusive para empregados/as sem vínculo, como relacionar seu aumento real com os ganhos diários que o entregador de bicicleta continuará a ter mediado pelos algoritmos dos aplicativos? E, como indagação final, como enfrentar tais questões, se o movimento sindical, por natureza, não representa os trabalhadores/as informais, e esses não estão presentes nos canais de participação

social e órgãos colegiados do governo?

Sabemos que as perguntas, ainda que possam soar duras, precisam ser feitas, especialmente nesse novo início de período, em que temos a chance de reconstruir o país, mas atacando também questões ainda não enfrentadas anteriormente com a centralidade necessária.

O acúmulo de formulação e atuação dos movimentos sociais, dos coletivos de periferias, da academia progressista e da militância de base e suas lideranças, com certeza são parte da construção das respostas que precisamos. Um novo caminho para o Brasil pode ser agora percorrido, sabemos da disposição do governo em construí-lo com desenvolvimento econômico, distribuição de renda, proteção a quem mais precisa, e também com enfrentamento real das desigualdades de gênero e raça. Que não deixemos esse enfrentamento em segundo plano ou para depois de reerguermos o país, será tarde. Vamos agora! ■

Sofrimento psíquico: a arte salva

ISAÍAS DALLE



FOTO: ACERVO PESSOAL

No Hospital Psiquiátrico São Pedro, em Porto Alegre, há um oásis de arte e afeto que tem feito a diferença na vida de pacientes em sofrimento psíquico e também de quem cuida deles: a Oficina de Criatividade.

Criada em 1990, no bojo da luta pela reforma antimanicomial e inspirada no exemplo de pessoas como Nise da Silveira, a Oficina de Criatividade vem rompendo com a lógica que reservava aos doentes o

esquecimento social. O Hospital São Pedro, desde que fora fundado no final do século 19, era quase tão somente um depósito de gente.

A terapeuta ocupacional Tatiane Patrícia Souza da

Silva, a Tati, atual supervisora da Oficina, conta nesta entrevista como o fazer artístico – pintura, escultura, desenho, escrita, bordado, música – reconecta as pessoas em sofrimento psíquico a si mesmas e constrói

uma nova relação com o mundo ao redor. Além do encantamento que gera em quem produz e em quem observa, a expressão artística traz qualidade de vida e felicidade.

Talvez a melhor notícia de toda essa história é de que a prática artística, sem a obrigatoriedade de fazer sucesso ou ser comercializada, pode ser uma ferramenta de qualidade de vida a todo mundo, numa sociedade cada que cada vez mais apresenta sintomas de adoecimento psíquico. Afinal, como diz Tati: “a arte salva”. O desafio é construir e espalhar mais experiências como a Oficina de Criatividade pelo país. Tati acredita que essa possibilidade é maior com o atual momento político do Brasil.

Acompanhe:

Conte um pouco sobre o que acontece quando as pessoas que sofrem de transtornos mentais têm a oportunidade de se expressar pela arte.

A Oficina de Criatividade nasce no final dos anos

1990, antes da aprovação da lei da chamada reforma psiquiátrica, de 2001. Muito ancorada na reforma sanitária, na criação do SUS, em 1988. A Barbara Neubarth {criadora do projeto} dá início à oficina muito inspirada no trabalho da Nise da Silveira, que já pensava no Rio de Janeiro com esse viés da arte, de algo que pudesse trazer significado e significância. Em 1990, aqui era um modelo asilar, as pessoas chegavam e não saíam mais, onde as pessoas não tinham suas próprias subjetividades, onde tudo era de todo mundo, tudo era coletivizado, os seus pertences não eram seus. E quando a Barbara chega, após ter visitado uma exposição

do Museu Imagens do Inconsciente, ela fica muito impactada e diz: é isso que eu quero fazer. E começa a estudar cada vez mais a obra da Nise e de outros autores. E então pensa a Oficina de Criatividade, cujo viés, mantido até hoje, é dar para as pessoas outros sentidos. Ela criou a oficina com mais três colegas que trabalhavam no hospital, para dar outro sentido e oportunidade de reconhecimento e pertencimento social para aquelas pessoas ali internadas. E ficou definido para aquelas pessoas que tudo que era delas seria guardado. E hoje a gente conta com um acervo de mais de 200 mil itens. Aquelas pessoas, que em determinado momento



PINTURA EM GUACHE DE LUIZ GUIDES. SEM TÍTULO, 45,7CMX64CM. FOTO: REPRODUÇÃO DO PORTAL ARTISTAS DO FORA

não tinham sequer um nome, não tinham identidade, perdas naquele contexto manicomial do início do século passado, elas passam a fazer seus trabalhos de arte e aqueles trabalhos ficavam guardados, preservados, ressignificados. Aquilo para elas dava um reconhecimento, um outro lugar. História, protagonismo, que é o princípio da Oficina. E a Oficina é sempre pensada como um lugar de muito afeto. É a lógica do afeto, dos encontros, é um lugar aonde elas chegam e a gente pergunta o tempo todo: o que você quer fazer? Tem espaço para elas se sentarem, simplesmente, escutarem música, tocarem violão, tambor, desenharem, caminharem, conversarem, tomarem um café com a gente. A Oficina é um espaço que impacta pela beleza, é um espaço muito bem cuidado. Mantido com muita luta e articulação, mas é um lugar em que as pessoas chegam e falam: “Nem parece que eu estou num hospital”. E é isso que sempre se quis. Há relatos, nos primórdios, de pacientes que vinham,

chegavam e olhavam para fora, por uma janela e diziam: “lá no São Pedro”. Como se a Oficina não estivesse no São Pedro, como se não fosse o São Pedro. Sobre o modo correto de chamar essas pessoas: nós as chamamos de “frequentadores da Oficina”, ou de “os nossos artistas”. Mas, hoje, a nomenclatura correta é “pessoas em sofrimento psíquico”. Mas, na oficina, são nossos frequentadores e artistas.

As pessoas que se consideram sãs podem pensar que não têm relação com essa temática. Mas, afinal, o que é a loucura? Olhando ao redor, me parece que a sociedade não anda muito bem, que está todo mundo louco. O que a sociedade pode aprender com experiências como a Oficina da Criatividade?

A gente tem, infelizmente, muitos exemplos cotidianos desse adoecimento psíquico que vivemos enquanto sociedade. Nós atendemos pessoas de todas as idades. E vemos quanto o contexto social está influenciando

no sofrimento psíquico. O quanto a incursão de outras temáticas – econômica, social, cultural – e o quanto o não-acesso a essas práticas de expressão artística nos adoecem. A gente compreende a arte como um dos recursos que nos ajudam a ressignificar processos. Mesmo para pessoas que não tem sofrimento psíquico “declarado” – porque quando a gente vai olhar o histórico de vida de cada um, temos momentos de sofrimento, períodos mais complexos, que se tivessem sido acompanhados, o desfecho poderia ter sido outro – a arte pode ser pensada como um dos pilares para a qualidade

Há pessoas que chegam, mexem pela primeira vez com argila, fazem umas bolinhas, e nas próximas obras, o que surge é um encantamento: as pessoas se encontraram



OBRA EM CANETA HIDROGRÁFICA DE CENILDA RIBEIRO. 37CMX55CM. FOTO: ARTISTAS DO FORA

de vida. Quando a gente consegue, a partir do nosso sofrimento, poder transformá-lo em algo criativo. E aí vamos pensar um pouco também na psicodinâmica do trabalho mesmo, o quanto o trabalho é adoeedor hoje em dia: o nível de estresse, de burnout, de depressão. Em que lugar a gente consegue depositar esse nosso espectro? O que é terapêutico para cada um de nós? A gente compreende a arte como esse devir, como esse lugar onde as pessoas podem se reencontrar, se reconectar. Eu tenho visto pessoas

que nunca tiveram contato com material artístico, com tintas, pincéis, argila, e que dizem: “eu não sei fazer nada”. E eu vejo que esse não-saber é simples falta de oportunidade. Quando existe um espaço onde se tem a oportunidade de ser criativo, de ser quem tu és, as pessoas têm cada vez mais chances de se cuidar, de ter qualidade de vida. Enquanto sociedade, que a gente possa ter acesso a recursos, ter aproximação com a arte. Quando a gente olha a obra de uma pessoa que morou por 50 anos numa

instituição psiquiátrica, a gente se emociona, a gente diz: “Meu Deus, o que é isso?”.

Um dos pacientes do Hospital São Pedro, que morou lá por décadas, tornou-se um artista reconhecido, muito importante.

Sim, o seu Luiz Guides. 50 anos internado, nunca recebeu uma visita. A descoberta da arte transformou a vida dele. É interessante observar também como a arte dele vai se desenvolvendo junto com ele. É emocionante. Eu vou puxar um gancho

aqui com o Arthur Bispo do Rosário, que fez aquele trabalho maravilhoso. Eu vi uma exposição dele e me ajoelhei. O que vai na mente deles, que nós não temos ainda condições de analisar, mas temos sempre a oportunidade de nos sensibilizar. E quando a gente pensa em crianças e adolescentes, essa camada de sociedade que está adoecendo por conta de vários processos, quando a gente oferece material de arte para essas crianças e adolescentes contarem a sua história de uma outra forma, isso ajuda num processo que é muito

grande, de transformação e reconhecimento.

Você falava do mundo do trabalho, que vai adoecendo as pessoas. Isso tem a ver com essa ideia predominante de sucesso a qualquer preço. E artistas como o seu Luiz Guides produzem não com o objetivo de vender, fazer sucesso. Vocês não comercializam essas obras. Esse fazer artístico é para qualquer um, ou é preciso ter talento pra fazer sucesso e, quem sabe, vender caro em um futuro leilão?

É pra todo mundo. A

gente quer que as pessoas façam, para se experimentar. Se aparecer um artista, que bom. Mas nosso objetivo não é esse. A gente acredita nesse cuidado a partir da experiência da arte. A gente tem experiências maravilhosas de pessoas que conseguiram se mostrar enquanto artistas, e outras não. E está tudo bem, é sobre isso mesmo, é isso que a gente quer. Que as pessoas possam estar em contato com a arte e modificarem as suas vidas, as suas percepções. Essa cobrança externa é muito forte, desse capital,



OBRA EM GIZ DE CERA E HIDROGRÁFICA DE NATÁLIA LEITE. SEM TÍTULO, 33CMX48CM.
FOTO: ARTISTAS DO FORA

Eu acho que a gente precisa cada vez mais de tecnologias leves de cuidados. Que mais pessoas estejam com boas condições de vida

dessa lógica de sucesso, essa lógica colonial que nos impele de todos os lados. E eu, falando como mulher preta, tentando passar por várias questões, dessa tentativa de se articular e trabalhar com o que é segregado, aquilo que é diferente, daquilo que é faltante. E quando a gente pensa no contexto social ampliado, essa arte é para qualquer um. A gente não tem interesse no produto final. Há pessoas que chegaram lá, e nunca tinham mexido, e mexeu no primeiro dia com argila, fez umas bolinhas, e nas próximas obras, o que surge é um encantamento absurdo: a pessoa se encontrou. A gente não consegue mensurar: de onde veio isso? Então está ali: uma pessoa que nunca tinha mexido nisso e passa a ter um encontro com a arte. E a pessoa se reconhece no seu trabalho. Esse sim, trabalho com sentido, com significado, que nos

dá mais saúde que adoecimento. E quando a gente pensa em acesso, a gente quer pra todo mundo. E há artistas que hoje estão vendendo suas obras, há essa liberdade, pode vender. Como trabalhadora da saúde, o que eu penso é que as pessoas têm de ter acesso, acesso a material bom – tem criança que nunca havia pintado com tinta guache, que nunca tinha mexido com argila, e argila é barro! A gente precisa voltar um pouco a essa química da vida: tocar no barro, poder ter essas experiências. Que prazer a gente pode ter, numa sociedade que muitas vezes vem num modelo imperativo do sucesso, da meritocracia, que a gente possa se diluir num processo de maior cuidado, de maior entrada pra dentro. Mas tem que ter acesso pra isso. Temos que ter cada vez mais políticas públicas que garantam isso. Esse é o nosso sonho.

O que devemos, o que podemos fazer para que esse tipo de prática se espraie por todos os espaços, chegue a todas as periferias, como uma política pública ampla, estruturada e duradoura?

Esse é o nosso grande sonho. Nossa equipe é bem pequena, com pessoas maravilhosas, e temos apoio de outras pessoas que trabalham em outras áreas do hospital. A gente entende a Oficina como esse polo, que ajuda os profissionais a terem espaços criativos para fazer suas práticas. Nós, essa equipe, temos o sonho de poder disseminar essa proposta. A gente tem procurado fazer contatos com outros serviços que prestam este tipo de atendimento, que entendem a arte como esse lugar desbravador. Quando a gente está próximo, vemos o potencial que isso tem para todas as pessoas. Temos projetos para ampliar essa ideia para o nível estadual e nacional. Que possa estar, sim, fomentada dentro das políticas públicas como espaço de intersecção da saúde, área

social e educação.

Será que a ministra da Cultura, Margareth Menezes, e o Ministério da Saúde estão conversando neste sentido? E como os coletivos, espalhados pelo país inteiro, podem contribuir para alcançar este objetivo?

A gente está num momento de país, que é um momento de reconstrução. Esse é um momento oportuno para fazer essas movimentações. A gente precisa ter espaços onde as pessoas, os movimentos sociais, possam ter uma democracia realmente deliberativa, possam estar inseridas no contexto das políticas públicas. Quanto mais houver inserção das comunidades na discussão das pautas, neste momento de governo federal, é importante. Acho que o fortalecimento dos orçamentos participativos, dos espaços comunitários e sociais, a gente precisa cada vez mais desse construto social. A gente precisa de uma grande mobilização. Vai ter a Conferência Nacional de Saúde, não é? São espaços onde a sociedade civil tem

de estar cada vez mais atuante. Eu estou convencida que a democracia tem de ser deliberativa. Quanto mais pessoas estiverem nesses espaços de poder, mais podemos chamar as pessoas para a discussão. Eu acho que não tem outra forma: quanto mais a gente puder olhar para as pessoas e disser “vamos lá, a gente está junto”, dar oportunidade de ser enxergado, um processo de empatia.

Quer acrescentar algo?

Eu acho que a gente precisa cada vez mais de tecnologias leves de cuidados. Que mais pessoas estejam em redes de cuidados, com boas condições de vida. Que a gente possa ter cada vez mais profissionais e pessoas que estejam num



OBRA EM GUACHE DE FRONTINO DOS SANTOS. SEM TÍTULO, 54,5CMX40CM.

FOTO: ARTISTAS DO FORA

processo mais empático, de acolhimento. A arte é um recurso que nos inunda, e nos salva. ■



ARTISTA TRABALHA NA OFICINA DE CRIATIVIDADE. FOTO: REPRODUÇÃO

Quando novas personagens entram em cena

ENEDINA SOARES, VEREADORA EM CAUCAIA (CE)



FOTO: REDES SOCIAIS

Enedina Soares da Silva é a primeira vereadora do PT na Câmara Municipal de Caucaia, município de 370 mil habitantes na região metropolitana de Fortaleza. Professora concursada da rede pública, Enedina despertou para a política a partir do movimento sindical.

Nessa caminhada, chegou a presidir a Federação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal do Estado do Ceará (Fetamce) e, na CUT-Ceará, acumulou a experiência de secretária de Formação.

Ela quer e acredita que o movimento organiza-

do dos trabalhadores e trabalhadoras vai ajudar o Brasil e reencontrar o caminho do trabalho com direitos e proteção social. E coloca seu mandato em Caucaia a serviço dessa luta.

Conte um pouco de você, sua história e seu despertar para a política.

Eu sou professora da rede pública municipal de Caucaia e Fortaleza, sou filha de um paraibano e de uma acreana, nasci na capital do Amazonas, Manaus, vim morar no Estado do Ceará no ano de 1996. Em 99, fui aprovada no concurso público em Caucaia, e em 2001, fui aprovada no concurso

QUANDO NOVAS PERSONAGENS ENTRAM EM CENA

público de Fortaleza. A partir do nosso ingresso no serviço público, começou uma luta pelo nosso direito de organização e de ter sindicato como instrumento de luta coletiva para garantir direitos básicos que eram violados, como o direito ao vale-transporte, ao salário digno para os professores. A partir da nossa luta pelo direito dos professores, nós percebemos o quanto que a política era importante e decisiva para a gente avançar na pauta da classe trabalhadora. Mas, até então, não tínhamos conseguido reunir as

condições democráticas no município para viabilizar uma candidatura. A partir do golpe cometido contra a presidenta Dilma, nós vimos o quanto é importante nós, mulheres na política. E esse movimento ganhou mais força, ao ponto de disputarmos as eleições no ano de 2020. Chegamos à conclusão que, mesmo em meio a um cenário adverso, nós teríamos que ter um nome, e coletivamente foi decidido que o nome que disputaria a eleição municipal, buscando uma vaga na Câmara, se-

ria o meu nome, mesmo que as condições fossem as mais adversas.

Você vem do movimento sindical. Você acha que o sindicalismo é importante e atual, ou os tempos mudaram?

O movimento sindical, a organização dos trabalhadores, é fundamental pra gente reverter o atual cenário de desemprego, de fome, de trabalho precário e sem direitos, de trabalho sem proteção social, sem garantias previdenciárias.

Qual o principal desafio



FOTO: FETAMCE

do seu mandato?

O principal desafio do nosso mandato é mostrar que a classe trabalhadora, a sociedade, podem utilizá-lo como instrumento de organização social. Que a nossa luta ganha mais força quando a gente tem uma voz no parlamento. E essa voz, mesmo sendo uma voz única naquele lugar, pode fazer diferença. É possível se reencantar com a participação na política de uma mulher que vem das lutas sociais.

Nossa chegada à Câmara Municipal é uma chegada histórica, é a chegada da primeira vereadora do PT, que vem das lutas sociais, que vem do movimento sindical. Tem um mandato independente e vem a serviço de todas as demandas e lutas, especialmente do povo mais pobre do nosso município. Que nossas indicações, nossos requerimentos, nossas audiências públicas reflitam as dores da sociedade, sobretudo do povo que mais precisa do poder público para garantir direitos básicos.

Hoje estamos discutindo novas formas de regulação do trabalho. Qual a principal proposta que você gostaria de ver implementada?

Quando nós não temos uma política de desenvolvimento econômico sustentável, comprometida com a geração de emprego e renda, geração de trabalho com direitos, o que sobra pra gente é o trabalho uberizado, é o trabalho precário, sem proteção trabalhista e previdenciária. Então, neste momento de nossa história, nossa maior conquista como classe trabalhadora será a garantia do pleno emprego, será a possibilidade de garantir trabalho com direitos, com garantia de férias, 13º, com carteira assinada, com a proteção trabalhista e previdenciária de fato.

Como atrair os jovens para a luta sindical?

O atual cenário é resultado das reformas neoliberais aprovadas por Temer e por Bolsonaro, e a juventude foi um dos segmentos mais impactados. E a modificação desse

ambiente de total exploração da mão de obra, especialmente dos trabalhadores e das trabalhadoras jovens, passa pela organização. É necessário que todos tenham direito a ter sindicato. Os sindicatos precisam estar abertos a receber esses trabalhadores e trabalhadoras, precisam ter uma política de formação permanente. Precisam estar nesses ambientes de trabalho em que se encontram as novas gerações. O sindicato precisa ter uma linguagem específica para se comunicar, redes sociais antenadas com os interesses das novas gerações. O sindicato precisa aprender a dialogar. E as novas gerações precisam acreditar que não é de forma individual que nós vamos virar esse jogo. É preciso que a nossa voz coletiva seja ecoada mais forte através da luta sindical. As novas gerações querem ter o direito de sonhar e as condições necessárias para alcançar os seus sonhos. ■

Escola Nacional de Energia Popular: conhecimento e autonomia

ROSE SILVA



UMAS DAS TURMAS REGISTRA A CONCLUSÃO DE MAIS UM ENCONTRO FOTO: DIVULGAÇÃO

Criada em 2015 por um conjunto de movimentos sociais e populares, a Escola Nacional de Energia Popular (Enep) vem sendo construída para o desenvolvimento de tecnologias populares em processos de formação. Suas práticas pedagógicas contribuem com o conhecimento, a unidade e a autonomia da classe trabalhadora em busca de uma nova ordem social. Entre as atividades da escola são realizados reuniões, atendimentos, oficinas e cursos.

Como relata Claret Fernandes, do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), uma das organizações fundadoras da Enep, o projeto começou no espaço chamado Colônia

Vale de Melo, na zona rural do município de Viçosa (MG). “O Movimento Evangélico Popular Eclesial (MEPE) foi quem começou o debate sobre essa proposta de uma escola de energia

popular. Pois, ao ajudar a fazer uma romaria dos trabalhadores e trabalhadoras na região, percebeu que havia uma distância muito grande entre eles e a escola, entre as universidades e o povo”.



APRENDIZADO ENVOLVE TRABALHO DE CAMPO. FOTO: DIVULGAÇÃO

Embora exista na região a famosa Universidade Federal de Viçosa, os movimentos populares perceberam que as pessoas de municípios muito próximos não tinham espaço nela. “Começamos a debater isso, e, a partir daí, outros grupos foram abrindo espaço na própria universidade. Hoje existem alguns cursos que foram conquistados. Mas além de espaço na universidade em si, achamos que era preciso um que fosse nosso”, lembra ele.

São fundadores da Escola o Instituto Universo Cidadão (IUC), a Escola Família Agrícola Dom Luciano, o Levante Popular da Juventude e o Movimento dos Atin-

gidos por Barragens. Depois foram agregados o Movimento pela Soberania Popular na Mineração, o Quem Luta Educa e mais recentemente a Paróquia São João Batista. Alguns grupos mantêm um diálogo muito próximo com o projeto, como é o caso do Coletivo de Terapias Naturais e o da Universidade Popular, pois a Enep tem a intenção de se tornar uma universidade.

Claret explica que o nome da escola foi definido assim “porque agrega o conhecimento popular. É um espaço de informação e de aprendizado. É nacional, no sentido de debater questões centrais para a sociedade; de energia, nos dois

sentidos da palavra, a energia como a elétrica e a que vem do petróleo, mas também a energia de ajuntamento de pessoas, que para nós é a mais cara, mais importante”.

Na foz do Rio Doce, MAB resiste a crimes ambientais - Nascido em Presidente Bernardes, na Zona da Mata Mineira, Claret envolveu-se no Movimento dos Atingidos por Barragens, que já completou 30 anos e está presente em vários estados do Brasil e fora do país. Trata-se de um movimento popular que se iniciou a partir de populações atingidas por barragens na época da ditadura, principalmente no sul do Brasil e no Norte.

Claret afirma que o movimento nasceu nas barrancas dos rios. “O MAB foi construído em Mariana e Brumadinho, particularmente a sua militância de Minas Gerais. Temos pessoas presentes em toda a bacia do Rio Doce acompanhando todo esse processo de degradação, ambiental, social e cultural. E também acompanhamos a Bacia do Paraopeba. Viemos pra Congonhas em 7 de agosto de 2019 em função do crime em Brumadinho”, diz.

Congonhas é uma cidade histórica, conhecida mundialmente pela obra de Aleijadinho. Mas hoje transformou-se em um

município conhecido pelas barragens, sendo uma de água e 23 para conter rejeitos de minério. E uma delas, um complexo chamado Casa de Pedra, é a maior barragem de toda a América Latina em área urbana, que acumulou 107 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério e pelo menos cinco mil pessoas estão na zona de autossalvamento, que são as áreas de risco.

“O MAB trabalha tanto a questão dos atingidos pelas barragens hidrelétricas quanto pelas barragens de minério, ampliando a ação, porque estamos percebendo que os atingidos não estão prejudicados apenas por

um empreendimento em si, mas sim por toda a exploração dos bens naturais e das pessoas no geral”, afirma.

Para ele, quando existe uma reação, uma resistência do povo a partir do processo organizativo, consegue-se algum avanço ou, pelo menos, o não retroceder. “Mas no geral, governos e o Estado brasileiro, eles não dão um passo adiante, principalmente quando se trata da mineração, porque é ‘uma dinheirama’ que gera, ainda que essa dinheirama não tenha conexão com as necessidades reais do povo. E, nesse sentido, não houve avanços”, diz. ■



OFICINAS DE ARTE E MÚSICA AMPLIAM AS TROCAS ENTRE OS PARTICIPANTES

Carteira de trabalho e a liberdade condicionada

RUAN BERNARDO

RUAN BERNARDO É ESTAGIÁRIO PESQUISADOR DAS ÁREAS DE CULTURA E VIOLÊNCIA DO PROJETO RECONEXÃO PERIFÉRIAS.



FOTO: SÉRGIO SILVA

“A polícia bateu e pediu o documento da turma/ Quem tem carteira assinada/ Não se assusta, não dá em nada/ Mas quem for desocupado tem medo da joaninha/ Mas coitado do bom moço se a carteira esqueceu/ Sua sorte está nas mãos nos calos que o trabalho deu.”(Sônia Santos, “A polícia bateu”, 1975).²

O cenário apresentado pela música “A polícia bateu”, de Sônia

Santos(1975), remete ao conhecido patrulhamento realizado pelas

forças armadas do Estado nos territórios urbanos periféricos. No entanto, a vinculação da carteira de trabalho como meio garantidor do direito de liberdade ao indivíduo enquadrado, pautado nos versos “quem tem carteira assinada/ não se assusta não dá em nada”, relaciona-se com significações históricas pontuadas no período da escravidão e na transição para o trabalho livre e assalariado, tendo a carta de alforria como documento similar no passado.

Anterior à carteira de trabalho e à Consolidação das Leis do Trabalho, quando a realidade da mão de obra escravizada persistia, durante o século XIX, a carta de alforria foi um documento jurídico estabelecido em uma sociedade contraditória, onde a liberdade de circulação da população negra era controlada (RESENDE, L; SILVA; A; 2016), para assim estabelecer as condições necessárias à

1. JOANINHA ERA O APELIDO DO VOLKSWAGEN SEDAN (FUSCA) UTILIZADO PELA SEGURANÇA PÚBLICA, NUMA ÉPOCA EM QUE A FORÇA POLICIAL PODIA CONTAR COM VEÍCULOS DE POUCA POTÊNCIA (DICIONÁRIO INFORMAL). PARA MAIS INFORMAÇÕES [CLIQUE AQUI](#)

2. MÚSICA A “A POLÍCIA BATEU” DE SÔNIA SANTOS (1975) DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://OPEN.SPOTIFY.COM/TRACK](https://open.spotify.com/track)>

conquista de direitos dos indivíduos negros, a quem lhes foram expoliados. Mas, ainda que a concessão de direitos fosse o foco inicial, as cartas de alforria geraram a manutenção do controle dos senhores sobre aqueles submetidos à escravização. Tal fato se dá a partir das condições - solicitação de que o escravizado só teria a liberdade concedida após a morte de seu senhor, por exemplo - que eram impostas à conquista de direitos. Inferindo ao escravizado uma liberdade condicionada que se distancia da liberdade plena, que estaria vinculada apenas ao seu dono, as condições para efetivação das cartas de alforria são de mão única, ou seja, senhores condicionam escravizados a algo e objetivavam torná-los indivíduos pacíficos, que buscariam seus direitos a partir das condições pré-estabelecidas (RESENDE, L; SILVA; A; 2016).

Assim como a liberdade dos escravizados estava condicionada às condições prementes de seus senhores, a concessão da liberdade inferida à mão

de obra livre também está condicionada, mas às medidas repressivas do Estado com base na ética do trabalho. Durante a transição entre trabalho de mão de obra escravizada e o trabalho livre, coexistia a perspectiva negativa de que o desenvolvimento do trabalho braçal estava vinculado às raças tidas como inferiores. Desse modo, a nova ética do trabalho ensinaria às camadas populares a terem prazer em serem úteis e a entenderem seus deveres para com a sociedade de classes, a qual deveria ter o trabalho como função enobrecedora do ser (CARVALHO, M. V; 2007).

Além do seu viés manipulador voltado ao senso de utilidade das classes exploradas, havia também o caráter de opressão, o qual mistificava a ética do trabalho como lei suprema, e os que se opunham a ela seriam considerados perigosos, sendo a ociosidade uma ameaça à ordem pública (VALENÇA, M. A; 2014). Desse modo, a construção jurídica do vadio, da

vadiagem, foi um fator essencial para a efetividade da política laboral, pois relacionava o indivíduo desempregado ou que não desenvolvia atividades de subsistência permitidas pela leis e os bons costumes à perspectiva de formação do criminoso, que está vinculado à periculosidade, o qual deveria ser punido antes de efetivar atos delituosos que buscassem sua sobrevivência, tendo o Estado escolhido condenar o que poderia vir a ser, e não o que tinha sido ou era.

Pautada a perspectiva do vir a ser, o Estado, ao marginalizar, considera apenas as consequências das condições sociológicas vivenciadas pelo indivíduo em questão, sem analisar o processo que o leva a tais consequências (CARVALHO, M. V; 2007). Os ex-escravizados em situação de liberdade passam a compor em grande parte a população em situação de vadiagem, fator possibilitado pela estigmatização da mão de obra outrora escravizada e o contínuo abandono do Estado em relação a

essa população, como a falta de acesso à educação, concentração de terras possibilitada pela Lei de Terras (1850) e o projeto de migração de europeus, em especial italianos, a fim de dar conta do processo de miscigenação, com o objetivo de alcançar o embranquecimento da população.

A construção do mercado de trabalho informal passa, assim, a ser um fato essencial a essas populações excluídas, em maioria negra, pois o que lhes sobra é a “correria” (MICK, J; NOGUEIRA, J; 2021), com base no abandono estatal de direitos a esses indivíduos e limitando-os à sua própria criatividade para desenvolver funções que o possibilitariam subsistir em uma dupla perspectiva de mercados, formal e informal. Separadas entre aquela que, segundo as leis vigentes, poderia existir, e a que não podia.

A separação entre esses dois tipos de perspectiva é uma construção vital para se estabelecer a zona do ser e a do não

ser, em que o “outro” é construído sem direitos por ter suas estratégias de sobrevivência deslegitimadas pela legislação e ser posto como grupo ocioso, culminando, nessa lógica, como única solução para tal o encarceramento, segundo o artigo 399 do Código Penal de 1890. Vinculando, dessa maneira, determinados corpos a determinados espaços, sendo o cárcere o lugar de negro (GONZALEZ, L; HASENBALG, C; 2022). Como consequência dessa construção, há um ciclo vicioso de exclusão de indivíduos negros com base na estigmatização e no racismo, fator que faz com que até mesmo o trabalhador negro formal seja colocado na perspectiva do informal, como categoria sucedânea à de vadio, salvo se puder comprovar que tem emprego conformado pela legislação, ou seja, se puder apresentar uma documentação legalmente aceita. Ou seja, são indivíduos perseguidos.

Portanto, a partir do monopólio da violência, o Estado passa a varrer

as ruas através dos patrulhamentos realizados pelo seu braço armado, a polícia. Mas, durante o policiamento, há estabelecida a seletividade em atributos raciais dos suspeitos dos crimes, ou seja, os indivíduos são filtrados e selecionados como suspeitos a partir de seus comportamentos e marcas visíveis de possível envolvimento criminal, como estereótipos dos locais e tipo de pessoas suspeitas e, a partir disso, o modelo de policiamento baseado em ostensividade, abordagens pessoais e prisões em flagrante é posto em prática (SINHORETTO, J; 2022).

Assim, a carteira de trabalho surge nesses cenários como principal garantidora dos direitos do indivíduo pontuado como suspeito, pois a frase “sou trabalhador” e o ato de apresentar o documento comprobatório buscam inibir a imagem de vadio, assim como a carta de alforria buscava negar o escravo de ser escravizado, assim como busca-se a negação do lugar de negro. ■

Referências:

CARVALHO, M. V. . Vadiagem e Criminalização: a formação da marginalidade social no Rio de Janeiro de 1888 a 1902. In: VI Semana de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007, Rio de Janeiro. VI Semana de História da UERJ - publicado no cd room do evento, 2007.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. Lugar de Negro. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

MICK, Jacques; NOGUEIRA, João. Racismo e trabalho informal no Brasil: quando desigualdades estruturais se reforçam. In: MARQUES, Léa (org). Trajetórias da informalidade no Brasil contemporâneo [livro eletrônico]. 1ª Ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021. P. 207-216.

OLIVEIRA, Dennis de. Racismo estrutural: uma perspectiva histórica-crítica. I ed. São Paulo: Editora Dandara, 2021.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. Cartas de alforria: para não ter o desgosto de ficar em cativo. Revista Brasileira de História, [S.L.], v. 26, n. 52, p. 141-174, dez. 2006. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s0102-01882006000200007>>. Acessos em: 02 de Maio de 2023

RESENDE, Lucas; SILVA; Adilson. A concessão da liberdade no Brasil escravista: os sentidos de liberdade em castas de alforria. Periódico Identidade, v.21, n.1, p. 4 -17, jan. 2016. Disponível em: <<http://www.periodicos.est.edu.br/index.php/identidade>>. Acesso em: 02 de Maio de 2023

SINHORETTO, J. Juventude, controle do crime e racismo institucional. In: BRANCO, P(org); MARINHO, L (org). Jovens adultos imputáveis: direito penal e resposta judicial. Cescontexto. 32ªEd. Coimbra: Centro de Estudos Sociais. p. 59-71. 2022.

VALENÇA, M. A. (2014). A construção social da vadiagem nos discursos jurídicos do início da era republicana. *Revista Brasileira De Sociologia Do Direito*, 1(2). <https://doi.org/10.21910/rbsd.v1n2.2014.30>

VINUTO, J. (2022). Contribuições de Lélia Gonzalez aos estudos sociológicos sobre controle social e punição no Brasil. *Civitas: Revista De Ciências Sociais*, 22, e40428. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2022.1.40428>

Sarau da Onça



FOTO: ACERVO PESSOAL DO SARAU DA ONÇA.

O Sarau Da Onça é um coletivo de jovens negras e negros, criado em maio de 2011, que nasceu da necessidade de fazer enfrentamentos às informações negativas sobre os bairros periféricos de Salvador, em especial, o bairro de Sussuarana, onde acontece o Sarau. Idealizado por Sandro Sussuarana, Evanilson Alves, Maiara Guedes e Omael Viera, o Sarau da Onça, desde a sua criação, vem arrastando jovens para espaços culturais.

A partir do interesse de um grupo de amigos no bairro de Sussuarana que tomou como referência o Sarau Bem Black e o Sarau da Cooperifa, o Sarau da Onça (filho da nossa terra) foi criado a fim de sensibilizar as pessoas da comunidade para com os problemas que esta possui. "A arma utilizada são as palavras da boca dos poetas e poetisas das baixadas e vielas do bairro".

O Sarau da Onça nasceu da necessidade de se fazer frente ao que vem ocorrendo em Salvador nestes últimos anos: o aumento dos índices de violência contra os jovens negros do bairro de Sussuarana. Muitas vezes tem-se a impressão de que parte da sociedade não está consciente desta realidade ou pela indiferença prefere guardar o silêncio. Sabendo que o jovem é o futuro de nossa sociedade, nós não podemos calar ante os atos bárbaros de assassinatos.

O grupo tem feito apresentações no bairro que vêm atraindo vários participantes. É um evento aberto para qualquer pessoa, independente de raça, religião ou segmentação política, e aberto também para participarem através de discussões ou até mesmo levando suas poesias.



FOTO: ACERVO PESSOAL DO SARAU DA ONÇA.



FOTO: ACERVO PESSOAL DO SARAU DA ONÇA.

REDES SOCIAIS:

Facebook: <https://web.facebook.com/saraudaonca>

Instagram: @saraudaonca

A potência das periferias

Desde o início de 2020 o Projeto Reconexão Periferias realiza programas para discutir os temas mais diversos relacionados às periferias, sempre dialogando com organizações, coletivos, movimentos sociais, ativistas e

militantes de todo o país. Durante o mês de abril de 2023, foram realizados programas com temáticas relacionadas à última edição da **Revista Reconexão Periferias**, “Pela sobrevivência digna, física e cultural dos

povos indígenas” (edição de abril) e a outras ações do Projeto. Os encontros ocorreram quinzenalmente, sempre às terças-feiras às 17h, horário de Brasília, no canal do [youtube da FPA](#) e na [página do Facebook](#)

Confira os programas de abril e acesse o canal da Fundação Perseu Abramo para assistir:

04/04/2023: Lançamento do documentário "Periferia é periferia"

18/04/2023: Comunicação popular e autoestima na comunidade Tururu - com André Fidelis, do Coletivo Força Tururu

LANÇAMENTO
04 DE ABRIL - 17H

LANÇAMENTO DO DOCUMENTÁRIO 'PERIFERIA É PERIFERIA'





O documentário é fruto da compilação dos 8 episódios da websérie "Periferia é Periferia", que mostra os resultados de um processo de territorialização realizado pelo Projeto Reconexão Periferias, da Fundação Perseu Abramo, em parceria com a FES Brasil, que fortaleceu atividades territoriais de movimentos e organizações das periferias brasileiras



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Fundo dos Trabalhadores

ACOMPANHE: /fundacao.perseuabramo
 /FundacaoPerseuAbramo

ENTREVISTA
18 DE ABRIL - 17H

COMUNICAÇÃO POPULAR E AUTOESTIMA NA COMUNIDADE TURURU





ANDRÉ FIDELIS

Pedagogo e co-fundador do
Coletivo Força Tururu



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Fundo dos Trabalhadores

ACOMPANHE: /fundacao.perseuabramo
 /FundacaoPerseuAbramo



Programa Quinzenal Reconexão

Periferias Terça- feira, às 17h (horário de Brasília). No canal da Fundação Perseu Abramo: www.youtube.com/FundacaoPerseuAbramo

Programa Voz da Mulher

produzido pela Associação Mulheres na Comunicação - Rádio Web Mulheres na Comunicação www.mulheresnacomunicacao.com/
Aos sábados, às 8h, retransmitido de segunda a sexta-feira: 6h, 13h, 19h e 23h. O programa está disponível no Spotify, Google Podcasts, Apple Podcasts e Anchor, no canal "Mulheres na Comunicação"

Sarau Mentalize - A falsa abolição

Data: 13/05/2023 às 17:00
Local: Rua Vitalina Grassmann, 290 - Favela Monte Azul - São Paulo, SP

II Congresso de Produção Científica do Curso de Direito da UCDB

Data: 15/05/2023 a 19/05/2023 das 07:00 às 16:00

Local: Universidade Católica Dom Bosco
- Avenida Tamandaré, 6000 - Jardim Seminário, - Campo Grande, MS
[Para mais informações](#)

CCJ – BATALHA DA JUVENTUDE

Data: 15/05/2023 às 22:00
Onde: Av. Dep. Emílio Carlos, 3641 - Vila dos Andrades - São Paulo, SP.

2ª Semana de Direitos Humanos da Universidade Federal de Rondônia

Data: entre 15/05/2023 e 19/05/2023
Onde: Ministério Público do Trabalho em Rondônia e Acre - MPT RO/AC - Avenida Pres. Dutra, 4055 - Olaria - Porto Velho, RO.
[Mais informações aqui](#)

6º Prêmio Ceará Encena

Data: 16/05/2023 às 18:30
Local: Theatro José de Alencar - Rua Liberato Barroso, 525 - Fortaleza, CE
Ingressos: Gratuito
[Mais informações](#)

Encontros Formativos com Patricia Hill Collins

Data: 17/05/2023, 25/05/2023, 30/05/2023 e 05/06/2023 entre 17:00 e 20:00
Local: UNIFESP - Estr. do Caminho Velho, 333 - Jardim Nova Cidade, Guarulhos - SP, 07252-312
Para mais informações e inscrições:
["Por que feminismo negro?"](#)
["Interseccionalidade e solidariedade política"](#)
["Afiando as bordas críticas da interseccionalidade"](#)
["Intersecções letais: raça, gênero e violência"](#)

Aviamentos

Data: até 20/05/2023 às 20:00
 Local: Teatro Sesi Rio Vermelho - R. Borges dos Reis, 9 - Rio Vermelho- Salvador, BA.
 Ingressos: A partir de R\$ 20,00
[Para mais informações](#)

1º Congresso Internacional de Relações Internacionais do Amazonas: a Amazônia no mundo e o mundo na Amazônia

Data: 22/05/2023 até 26/05/2023 às 18:00 até às 22:00
 Local: Av. Dom Pedro I, 151 - Dom Pedro - Manaus, AM
 Ingressos: a partir de R\$ 40,00
[Para mais informações](#)

V Seminário de pesquisa com intervenção na educação básica I

Data: 23/05/2023 a 25/05/2023
 Local: Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, Campus Caçador - Rua Victor Baptista Adami, 800 - Centro - Caçador, SC. Ingressos: Gratuitos
[Para mais informações](#)

1º Semana de Geografia - UNIVASF

Data: 24/05/2023 a 26/05/2023 das 14:00 às 22:00
 Local: Universidade Federal do Vale do São Francisco - Senhor do Bonfim - Av. José de Sá Maniçoba - Centro - Petrolina, PE
[Para mais informações](#)

Nesta Data Querida

Data: até 25/05/2023 às 19:30
 Local: Teatro Sesi Rio Vermelho - Rua Borges dos Reis, 9 - Rio Vermelho - Salvador, BA.
 Ingressos: A partir de R\$ 15,00
[Para mais informações](#)

Slam da Guilhermina - Convidados: Danylo Paulo e Janderson Fundação

Data: 26/05/2023 às 19:00
 Onde: Local: Praça anexa à Estação Guilhermina Esperança - São Paulo, SP

Mais pra lá do que pra cá

Data: 26/05/2023 até 11/06/2023 às 20:00
 Local: Teatro Sesi Rio Vermelho - R. Borges dos Reis, 9 - Rio Vermelho - Salvador, BA
 Ingressos: A partir de R\$ 20,00
[Para mais informações](#)

II Simpósio em Ciências Ambientais

Data: 30/05/2023 até 02/06/2023 às 15:00 até às 17:00
 Local: Universidade Federal do Acre - Campus Floresta, Cruzeiro do Sul - Estrada Canela Final, km 12 - Cruzeiro do Sul, AC
[Para mais informações](#)

XI Seminário de Gestores Públicos - Prefeitos Ceará 2023

Data: 06/06/2023 até 07/06/2023 das 08:00 às 19:00
 Local: Centro de Eventos do Ceará - Av. Washington Soares, 999 - Edson Queiroz - Fortaleza, CE
[Para mais informações](#)

OPORTUNIDADES MAIO

Edital	Foco	Prazo	Link
Edital de Ensaios Fotográficos e Mostra de Vídeos	Este edital tem por objetivo selecionar ensaios que realizem um diálogo entre a linguagem fotográfica e/ou artes visuais e a pesquisa em Ciências Sociais e áreas afins. Ele normatiza o envio de trabalhos para Exposição de Ensaios Fotográficos e Mostra de Vídeos no 21o. Congresso Brasileiro de Sociologia, promovido pela Sociedade Brasileira de Sociologia em parceria com o Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia PPGSA/UFGA, que se realizará em Belém, na Universidade Federal do Pará, entre os dias 11 e 14 de julho de 2023. Para esta edição selecionaremos trabalhos de Ensaios Fotográficos e de Mostra de Vídeo, para compor as duas categorias que acontecerão no site oficial do evento: I. Ensaios Fotográficos; II. Mostra de Vídeos	Até 31 de maio de 2023	https://www.sbs2023.sbsociologia.com.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=966
PPD - Prêmio Paulista de Dança	O Festival receberá as seguintes modalidades: I - Ballet Clássico de Repertório II - Ballet Clássico Livre III - Jazz; IV - Contemporâneo V - Sapateado VI - Danças Urbanas VII - Danças Populares	Até 15 de maio de 2023	http://www.premio-paulistadedanca.com.br/
Chamada para Lançamento de Livros e Revistas	O 21º Congresso Brasileiro de Sociologia comunica a abertura das inscrições para a sessão de lançamentos de livros e periódicos, a ocorrer na modalidade presencial.	Até 31 de maio de 2023	https://www.sbs2023.sbsociologia.com.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1023

<p>XV Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica (ECOECO)</p>	<p>Em 2023, a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) irá sediar o XV Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica (ECOECO) entre os dias 7 e 11 de novembro. O Encontro irá abordar o tema central "Desafios e caminhos para uma economia da sociobiodiversidade na Amazônia" e contará com a participação de estudantes, pesquisadores e pesquisadoras nacionais e internacionais e sociedade civil. O Encontro busca contribuir para o debate sobre os caminhos e desafios para a construção dessa economia da sociobiodiversidade.</p>	<p>Até 30 de maio de 2023</p>	<p>https://ecoeco2023.sinteseeventos.com.br/</p>
<p>Programa de Benefício às Entidades</p>	<p>O programa tem o objetivo de apoiar ações e iniciativas das instituições, nas cidades onde a Coop se faz presente, visando à transformação e a promoção social da população em situação de vulnerabilidade, por meio do fornecimento de recursos financeiros para a elaboração de projetos sociais. Esta iniciativa acontece desde 2002 e já beneficiou 319 entidades com a verba de mais de R\$ 6,7 milhões.</p>	<p>Até 23 de junho de 2023</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/13305-programa-de-beneficio-as-entidades</p>
<p>Edital LGBTQIA+ Defendendo Direitos 2023</p>	<p>O Edital tem como objetivo selecionar projetos atuantes na defesa de direitos LGBTQIA +, a fim de fortalecer o respeito aos direitos da população no Brasil, além de apoiar seus movimentos, organizações, coletivos e redes.</p>	<p>Até 12 de maio de 2023</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/13238-edital-lgbtqia-defendendo-direitos-2023</p>

OPORTUNIDADES MAIO

<p>Fundo Bora Cultura Preta</p>	<p>A AMBEV, em parceria com a Preta Hub, inaugura sua política afirmativa voltada ao empreendedorismo cultural e à economia criativa negra por meio do EDITAL FUNDO BORA CULTURA PRETA, em parceria com a Preta Hub.</p> <p>Pensando na potencialização das ações apoiadas, além do prêmio em dinheiro, os projetos selecionados terão o acompanhamento e mentoria do AFROLAB, programa de capacitação técnica e criativa da Preta Hub para pessoas empreendedoras negras de diferentes segmentos, incluindo realizadoras da área da economia criativa e cultural.</p>	<p>Até 26 de maio de 2023</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/13234-fundo-bora-cultura-preta</p>
<p>Projeto Corpos Nordestines</p>	<p>Estão abertas as inscrições para o Edital para o Projeto Corpos Nordestines, patrocinado pela Fundação Catarinense da Cultura.</p> <p>O Edital tem como objetivo realizar uma pesquisa teórico-prática sobre histórias, culturas e tradições nordestinas a fim de dialogar entre as diversidades culturais.</p>	<p>Até 24 de maio de 2023</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/13078-projeto-corpos-nordestines</p>
<p>Edital do Prêmio Palhaço Cascudo de Incentivo às Artes Circenses 2023</p>	<p>Estão abertas as inscrições para o Edital do Prêmio Palhaço Cascudo de Incentivo às Artes Circenses 2023, patrocinado pela Secretaria de Cultura de Pernambuco.</p> <p>O Edital tem como objetivo realizar uma premiação com foco em artistas circenses, independentes ou representantes de circos, espaços de formação, companhia, grupos e coletivos.</p>	<p>Até 29 de maio de 2023</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/13246-edital-do-premio-palhaco-cascudo-de-incentivo-as-artes-circenses-2023</p>

<p>Elas Avançam: Ambientes Prósperos para o Protagonismo Feminino</p>	<p>Buscamos projetos que promovam atividades, ações de capacitação e formação profissional, qualificação em tecnologia e/ou desenvolvimento de habilidades e competências que fortaleçam as mulheres e promovam a equidade de gênero. Projetos que contribuam, de forma direta ou indireta, para a construção de um ambiente fértil para o protagonismo feminino por meio de ações como o desenvolvimento de lideranças, o combate ao machismo, atividades no contraturno escolar para crianças, a promoção da saúde e bem-estar, o combate à discriminação e violência de gênero, etc.</p>	<p>Inscrições contínuas</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/9048-elas-avancam-ambientes-prosperos-para-o-protagonismo-feminino</p>
<p>Programa de Aceleração de ONGs</p>	<p>A Phomenta, aceleradora de ONGs, está com a pré-inscrição aberta para os seus programas de aceleração. Organizações da Sociedade Civil de qualquer parte do país podem se inscrever e receber em primeira mão as informações quando cada programa abrir inscrições. Os programas de aceleração visam transformar a gestão da organização em um curto espaço de tempo, entre 5 e 7 meses, com ferramentas práticas e conteúdos dinâmicos. São apresentados temas diversos como captação de recursos, priorização, identificação e resolução de problemas, inovação, empreendedorismo e como conseguir parceiros.</p>	<p>Inscrições contínuas</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/6486-programa-de-aceleracao-de-ongs</p>



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



WWW.FPABRAMO.ORG.BR